

RESOLUÇÃO CONJUNTA SES/SEDEC Nº 879 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2021

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DEFESA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias n.º 9.000 de 09 de setembro de 2020, a Lei Orçamentária Anual nº 9.185 de 14 de janeiro de 2021 que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2021, o Decreto nº 47.487 de 11 de fevereiro de 2021 que dispõe sobre a programação e execução orçamentária, financeira e contábil para o exercício de 2021, e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários;

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Pagamento de Despesa de Exercício Anterior/2019, referente a prestação de serviços de teleatendimento, georreferenciamento e rastreamento das viaturas do SAMU - 192, conforme solicitado no processo SEI-270130/000023/2021.

II - VIGÊNCIA: Início 01/01/2021 Término 31/12/2021

III - DE/CONCEDENTE: Órgão 29 - Secretaria de Estado de Saúde - SES

UO 2961 - Fundo Estadual de Saúde - FES

UG 2961 00 - Fundo Estadual de Saúde - FES

IV - PARA/ EXECUTANTE: Órgão 16 - Secretaria de Estado de Defesa Civil - SEDEC

UO 1601 - Secretaria de Estado de Defesa Civil - SEDEC

UG 160100 - Secretaria de Estado de Defesa Civil - SEDEC

V - CRÉDITO:

PT 2961.10.302.0461.2744 - Assistência de Urgência e Emergência - SAMU 192

ND 3390 Fonte 100 R\$ 2.948.323,28

Art. 2º - As descentralizações serão efetivadas de acordo e dentro dos limites estabelecidos no decreto de execução orçamentária e financeira.

Art. 3º - O executante se obriga a cumprir integralmente a Instrução Normativa AGE nº 24 de 10 de setembro de 2013, publicada no D.O. de 12 de setembro de 2013, que estabelece normas de organização e apresentação das prestações de contas de descentralização de créditos orçamentários no âmbito do Poder Executivo Estadual, com as alterações produzidas pelas Instruções Normativas AGE nº 25 de 31 de janeiro de 2014, publicada no D.O. de 04 de fevereiro de 2014 e AGE nº 27 de 14 de abril de 2014, publicada no D.O. de 15 de abril de 2014.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 01 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2021

CARLOS ALBERTO CHAVES DE CARVALHO

Secretário de Estado de Saúde

Unidade Concedente

LEANDRO SAMPAIO MONTEIRO

Secretário de Estado de Defesa Civil

Unidade Executora